



ENTIDADE REGULADORA
PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Deliberação

ERC/2021/183 (CONTJOR-NET)

Participação contra a edição eletrónica de 31 de outubro de 2020 da Rádio Renascença a propósito da peça jornalística intitulada “Politécnico de Tomar. Administrador criticado por chamar ‘colegas’ a professores”

Lisboa
8 de junho de 2021

Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social

Deliberação ERC/2021/183 (CONTJOR-NET)

Assunto: Participação contra a edição eletrónica de 31 de outubro de 2020 da Rádio Renascença a propósito da peça jornalística intitulada “Politécnico de Tomar. Administrador criticado por chamar ‘colegas’ a professores”

I. Participação

1. Deu entrada na ERC, a 02 de novembro de 2020, uma participação contra a edição eletrónica de 31 de outubro de 2020 da Rádio Renascença, a propósito da peça jornalística intitulada “Politécnico de Tomar. Administrador criticado por chamar ‘colegas’ a professores”.
2. O participante alega que a Rádio Renascença elaborou «uma notícia a partir do conteúdo publicado no *site* “Tomar na Rede”, no qual são expostas alegadas trocas de emails, entre pessoas que profissionalmente estão vinculadas ao Instituto Politécnico de Tomar. Lendo ambos os conteúdos, não encontramos informação adicional, esperada da prática jornalística, isto é, que os visados fossem contactados para: i) apurar da veracidade do conteúdo e ii) eventual exercício de contraditório.»
3. Considera tratar-se de «uma má prática por parte da RR, que só vem confundir o público, sobre o que é jornalismo. O que está no “Tomar na Rede” – que não só não aparenta estar registado na ERC, como nem sequer se apresenta como tal – não é uma notícia. Esperava-se, do/a jornalista da RR que tratou o tema, que fizesse o seu papel. Coisa que, no meu entender, não aconteceu.»

II. Posição do Denunciado

4. A Rádio Renascença veio apresentar oposição à participação mencionada a 15 de dezembro de 2020.
5. O denunciado começa por esclarecer que «no dia 31, sábado, a peça foi erradamente elaborada por uma estagiária da redação que devia estar acompanhada, como sempre acontece por um jornalista sénior nessa elaboração. Caso praticamente único na nossa redação, nesse dia isso não foi possível devido ao excesso de material noticioso de última hora a tratar, pelo que a peça inicial foi nesse dia publicada sem revisão superior.»
6. Acrescenta que «o volume de trabalho (...) só parcialmente justifica a falta de acompanhamento de que resultou a peça criticada na queixa manifestamente mal elaborada e suscetível de dar origem à queixa junta. Desta forma a queixa parece-nos justa não podendo fazer mais do que apresentar as nossas desculpas, e apresentar 80 anos de rigor informativo em nossa defesa.»
7. A Rádio Renascença esclarece que a «peça inicial não é recuperável (...) uma vez que a editora que no dia 1 de novembro entrou ao serviço, verificando a falta de cuidado e rigor jornalístico, tentou reduzir os danos expurgando o texto inicial de referências não necessárias. Ponderando os riscos de retirada abrupta de uma peça da “Net” que já tinha tido impacto nas redes sociais, e que poderia por si só aumentar a polémica gerada, a jornalista achou melhor manter a versão que ainda consta da página.»
8. Sobre a versão atualizada da notícia, o denunciado admite que «esta continua a sofrer dos dois defeitos apontados na queixa, e por isso a merecer a mesma crítica não tendo cuidado de fazer o respetivo contraditório junto dos visados. Acresce que por esquecimento a notícia acabou publicada sem referência ao dia e hora da alteração o que igualmente constitui um atropelo às nossas práticas de rigor.»

9. De acordo com a Rádio Renascença, «perante o erro cometido foram desencadeados internamente os procedimentos necessários a que não se repita e os eventuais danos reputacionais cometidos possam ser sanados junto dos envolvidos. Foi igualmente desencadeada a reflexão que se impunha sobre as formas de garantir um maior aumento do controle dos conteúdos publicados.»
10. O denunciado termina «agradecendo o alerta do queixoso e da ERC», apresentando «as maiores desculpas pelo erro cometido e os nossos 80 anos de jornalismo rigoroso mostram ser muito raro embora sempre lamentável.»

III. Análise e fundamentação

11. Atente-se que a ERC é competente para apreciar a matéria em causa na presente participação, na medida definida nos seus Estatutos, anexos à Lei n.º 53/2005, de 8 de novembro, atendendo em particular à alínea d) do artigo 7.º, à alínea e) do artigo 8.º, e à alínea a) do n.º 3 do artigo 24.º.
12. Os factos alegados serão observados à luz do disposto no artigo 3.º da Lei n.º 2/99, de 13 de janeiro (Lei de Imprensa).
13. Como ponto prévio, importa dizer que não é possível analisar a peça jornalística publicada no dia 31 de outubro de 2020 que deu origem à participação, na medida em que, tal como indicado pela Rádio Renascença, a mesma foi alterada no dia seguinte, 01 de novembro de 2020.
14. Também releva referir que, ao contrário das boas práticas jornalísticas nas edições digitais, a informação de que a notícia foi atualizada não consta do texto publicado.
15. Da análise aos conteúdos controvertidos (Anexo 1), observa-se, em primeiro lugar, que não se identificam fontes de informação para sustentar os factos.

16. A única referência na peça, e que não permite a identificação da fonte, encontra-se no segundo parágrafo: «segundo um *site* de notícias local».
17. A partir da participação foi possível identificar o sítio eletrónico em causa, «Tomar na Rede», que se apresenta como um «*blog* informativo» (Anexo 2).
18. Em segundo lugar, deve referir-se que, estando em causa atores sociais identificados claramente na peça, e, sobretudo, no contexto de um acontecimento conflituoso, era exigível que a Rádio Renascença promovesse a oportunidade para que, querendo, manifestassem a sua posição publicamente – já que um evento previsivelmente privado se tornou público em órgãos de comunicação social – respeitando, assim, o espaço devido aos interesses atendíveis na matéria.
19. Por fim, cumpre referir que caberia sempre ao denunciado ponderar a exposição pública de tal acontecimento e dos atores envolvidos e, particularmente, sobre um evento em que dificilmente se vislumbra qualquer interesse público, parecendo tratar-se somente de dinâmicas do foro pessoal entre um conjunto limitado de funcionários do Instituto Politécnico de Tomar.
20. Não obstante, não se pode deixar de reconhecer à Rádio Renascença a tentativa (embora lograda) de alterar os conteúdos de forma a «expurga[r] o texto inicial de referências não necessárias», assim como a sua admissão de culpa sem reservas.
21. Pelo exposto, e considerando que os atores visados na peça não manifestaram vontade de exercer o direito de queixa, previsto no artigo 55.º e seguintes dos Estatutos da ERC, alerta-se a Rádio Renascença para a necessidade de acompanhar as exigências de rigor informativo, relatando os factos sem recurso ao sensacionalismo.

IV. Deliberação

Apreciada uma participação contra a edição eletrónica de 31 de outubro de 2020 da Rádio Renascença a propósito da peça jornalística intitulada “Politécnico de Tomar. Administrador criticado por chamar ‘colegas’ a professores”, o Conselho Regulador, no exercício das atribuições e competências de regulação constantes, respetivamente, na alínea d) do artigo 7.º, na alínea e) do artigo 8.º, e na alínea a) do n.º 3 do artigo 24.º dos Estatutos anexos à Lei n.º 53/2005, de 8 de novembro, delibera pelo arquivamento do processo, sensibilizando, no entanto, a Rádio Renascença para a necessidade de cumprir com os normativos éticos e legais atinentes ao rigor informativo.

Lisboa, 8 de junho de 2021

O Conselho Regulador,

Sebastião Póvoas
Mário Mesquita
Francisco Azevedo e Silva
João Pedro Figueiredo

Anexo 1: Peça publicada na edição eletrónica da *Rádio Renascença* de 31 de outubro de 2020 e intitulada “Politécnico de Tomar. Administrador criticado por chamar ‘colegas’ a professores”, disponível a partir da ligação eletrónica <https://rr.sapo.pt/2020/11/27/pais/politecnico-de-tomar-administrador-criticado-por-chamar-colegas-a-professores/noticia/213108/>



Politécnico de Tomar. Administrador criticado por chamar “colegas” a professores

31 out, 2020 - 12:23 • Redação

Os docentes já enviaram um texto de protesto à presidência da instituição, depois de o administrador se ter dirigido aos professores como “caros colegas” num email.

EM DESTAQUE

- Em direto de Gaia. Acompanhe a conferência "Pandemia: Respostas à Crise"
- PSP anuncia operação robusta e contingente "enormíssimo" para a final da Liga dos Campeões
- Máximo histórico. Avaliação das casas sobe para 1.200 euros por metro quadrado
- Correspondente da Renascença na Alemanha ganha prémio de jornalismo
- "Instituições de solidariedade devem ser incluídas de forma ativa na concertação social"
- "Governar à beira da porta faz toda a diferença", diz D. Américo

«Politécnico de Tomar. Administrador criticado por chamar “colegas” a professores

31 out, 2020 - 12:23 • Redação

Os docentes já enviaram um texto de protesto à presidência da instituição, depois de o administrador se ter dirigido aos professores como "caros colegas" num email.



Foto: Estela Silva/Lusa

O administrador do Instituto Politécnico de Tomar (IPT), José Júlio Filipe, terá causado indignação a alguns elementos do corpo docente por ter utilizado o termo "colegas" num email.

O documento tinha como tema as restrições de movimentos impostas neste fim de semana mas, segundo um site de notícias locais, terá desagradado a alguns professores pela terminologia utilizada.

Em causa está a introdução feita ao conteúdo do email, que começava com "Caros colegas, Prezados Estudantes". Os professores descontentes alegam que na comunidade académica existem professores, funcionários (não docentes) e alunos ou estudantes.

Em resposta, um dos docentes desagradados pede ao administrador que não o volte a tratar por "colega".

"Como Professor Coordenador ou como Funcionário Público ou outra forma que julgue(s) adequada, à exceção de colega. Evita, por favor, tratar-me por colega", solicita.

José Júlio Filipe argumenta que todos os trabalhadores exercem funções públicas, pelo que são todos colegas.»

Anexo 2: Peça publicada a 30 de outubro de 2020 no site *Tomar na Rede* e intitulada “Polémica no Politécnico por causa da palavra ‘colegas’”, disponível a partir da ligação eletrónica <https://tomarnarede.pt/destaque/polemica-no-politecnico-por-causa-da-palavra-colegas/>



«Polémica no Politécnico por causa da palavra “colegas”

Por Redação



Tudo começou quando o administrador do Instituto Politécnico de Tomar, José Júlio Filipe, enviou um email a tratar os professores por “colegas”, tratamento de que alguns docentes não gostaram.

José Faria Paixão, José Ribeiro Mendes e Ana Rosa Cruz foram alguns dos professores que protestaram contra aquele tratamento e fizeram saber que na comunidade académica existem professores, funcionários (não docentes) e alunos ou estudantes.

Consideram não ser adequada a utilização daquela terminologia numa classe dirigente no ensino superior. Lembram ainda que o administrador desempenha funções na qualidade de representante do pessoal não docente e por isso não deve tratar os professores por “colegas”.

O administrador argumenta que todos (dirigentes, docentes, não docentes) são Trabalhadores em Funções Públicas, e como tal, todos são colegas.

Pelo que apurámos, a classe docente do IPT tem manifestado um descontentamento generalizado em relação à forma como o administrador se dirige aos professores, ao ponto de fazerem chegar à presidência do IPT um texto de protesto subscrito por largas dezenas de docentes.

“Tomar na Rede” teve acesso à troca de alguns emails:

Caros colegas

Prezados estudantes,

Tendo em conta a recente divulgação da deliberação do Conselho de Ministro de 22 de outubro que veio estabelecer a proibição da circulação entre concelhos, entre as 00:00 horas do dia 30 de novembro e as 24:00 horas do dia 3 de outubro, remeto em anexo comunicado do IPT com a orientações a seguir nesta matéria.

Saudações,

José Júlio M. Martins Filipe

Administrador

—

Assunto: Colegas são ...

Meu caro José Júlio Filipe

Estou surpreendido com o facto de **continuar(es)** a **tratar** os Professores docentes por “colegas” e como “colegas”.

Digo **continuar** porque já houve uma chamada de atenção sobre esta forma de comunicar no desempenho das funções enquanto Administrador.

Isto porque estamos a ser contactados pelo administrador do Instituto Politécnico de Tomar, e com todo o respeito, não me considero colega da personalidade nesse cargo apesar de estar a ser incluído como destinatário dos seus comunicados e informações. Não gosto nem julgo ser esta uma forma de comunicação adequada, e com classe, numa instituição de ensino superior.

Decorre dos próprios estatutos do Instituto Politécnico de Tomar existirem representantes de **Professores**, de **estudantes** e de **não docentes**. Aliás julgo que o próprio José Júlio Filipe desempenha também funções na qualidade de representante do **pessoal não docente**.

Em futuras comunicações que me considere(s) como destinatário agradeço se me dirija(s) ou como Professor Coordenador ou como Funcionário Público ou outra forma que julgue(s) adequada à exceção de colega. **Evita, por favor, tratar-me por colega.**

É um termo que tipicamente não utilizo e que confesso considero não ser muito adequada a sua utilização numa classe dirigente no ensino superior.

Regras, normas e sensatez no tratamento social, seja em contexto institucional, empresarial ou como cidadão, não podem nem devem ser estigmatizadas nem relevadas para uma utilização comum ordinária. Mesmo em alguns contextos de “colegas de trabalho” temos que os saber distinguir e não os devemos utilizar como subterfúgio para eliminar, ou afirmar, autoridades ou responsabilidades sociais. Há determinados termos que têm que ser muito bem utilizados e com alguma regra.

Houve já outras personalidades que desempenharam as funções de Administrador no Instituto Politécnico de Tomar e, jamais, algum teve o desprazo de se dirigir como

“colegas” aos Professores. Nem eu, jamais, tive o desprante de me dirigir ao pessoal não docente como “colegas”. Pelas mesmas razões, apesar de pertencermos à mesma instituição, nunca me dirigi aos alunos como “colegas”.

José Ribeiro Mendes, Professor Coordenador

PS – Não vou nem quero aqui analisar se trato os funcionários em funções públicas (Presidente da Republica, Ministros, Deputados,..., Bombeiros Municipais, ...Técnicos superiores, Administrativos,) por “colegas”.

—

Caro Eng.º José Mendes,

Sobre o assunto do seu email não tenho nada mais a acrescentar à opinião que já transmiti anteriormente a outrem e que como o seu texto indica, já conhece.

Tenho, no entanto, que o esclarecer que não lhe reconheço nem a si nem a quem anteriormente me enviou um email com idêntico sentido, seja o direito, seja a legitimidade, para me fazer avisos ou chamadas de atenção a propósito seja do que for, que, por isso mesmo, não aceito. Assim, encararei, quer este seu email, quer o que anteriormente recebi com o mesmo sentido, como um mero exercício de opinião que tem o valor que cada um lhe quiser dar.

Fique, porém, tranquilo que não faço questão absolutamente nenhuma de o tratar como colega, pelo que se tem aversão a ver-me como um colega desta instituição, passarei a agir consigo em conformidade com esse seu sentimento, pois não quero ferir suscetibilidades.

Sem mais

José Júlio Filipe

Administrador

—

Prezado Senhor Administrador por Nomeação do IPT

Lic. José Júlio Filipe

Por estranho que aparente estou de acordo com Va Exa.

Com efeito, juridicamente, somos todos colegas.

Todavia, esse simples facto de “parecer” sermos todos do “mesmo saco” é a razão de fundo da forma discricionária como os Professores, independentemente do grau de ensino ou equipamento escolar, são vistos pela Sociedade Portuguesa, salvo naturalmente casos pontuais, como um grupo de trabalhadores desvalorizado e com muito pouco préstimo....

A forma como o Ensino e a Cultura têm sido desprezados desde há muitas legislaturas, cria a existência de nichos de outras Categorias de TFP que, por razões variadas, menosprezam quem está “no topo da cadeia de Ensino”.

Refiro-me ao comportamento do País que se chama Portugal.

Porém, também concordo com o Senhor Professor José Paixão.

Todas (os) Professoras (es) do IPT, trabalham para que o Conhecimento seja transmitido aos nossos estudantes e partilhado com os seus pares.

Dito isto, com a franqueza que me caracteriza, dir-lhe-ei, Senhor Administrador por Nomeação que, factualmente falando, o Senhor NÃO é “colega” de nenhuma Professora e Professor desta casa, que eu , muito humildemente, ajudei a pôr de pé, para que se criasse espaço para a expansão da Escola Superior de Tecnologia de Tomar do Instituto Politécnico de Santarém.

Penso, que tão pouco o Senhor é “colega” do nosso Presidente, Vice-Presidente, Pro-Presidentes.

Mais depressa posso eu afirmar que o nosso Presidente e eu somos colegas.

Sabe porquê?

Tenho a certeza absoluta que saberá, mas faço questão de sublinhar que, o meu amigo João Coroado foi contratado como Geólogo para a área de Arqueologia, dirigido ao tempo pelo 1o Doutoramento desta casa, Professor Doutor Luiz Miguel Oosterbeek. O

Senhor Professor José Bayolo Pacheco de Amorim era ao tempo Director do Departamento de Arte, Arqueologia e Restauro.

Parafraseando a Bíblia, “Naquele tempo” o Senhor não fazia parte “da velha guarda”.

Sou capaz de compreender a sua incompreensão.

Ela é apenas um paradoxo.

Existe uma diferença entre o TFP que “veste a camisola” e o TFP que aguarda calmamente por directivas, e porque essa diferença é determinante para o sucesso ou para o fracasso de uma instituição, não somos “colegas”.

Diz o sábio ditado popular , que se aplica a este mote como uma luva ” ... cada macaco no seu galho ...” .

Aqui lhe mostro qual é o meu galho:

Ana Cruz

1a Técnica Superior da ESTT, hoje IPT

Arqueóloga

Doutorada (UTAD) e Pos-Doutorada (UC)

Com os meus melhores cumprimentos e desejos de sucesso na sua vida profissional,

a.C.

Ana Rosa Cruz

—

Estimado Sr. Administrador

Talvez por lapso dirigiu-se a ” caros colegas, prezados estudantes”...

Lamento mas não me revejo nem como “caro colega” nem como “prezado estudante”.

Julgo, caso errado diga-me, que na comunidade académica existem ainda professores, funcionários e alunos.

Não me preocupo apenas pela minha pessoa mas zelo também pelos meus colegas.

Respeitosos cumprimentos.

José Manuel BH Faria Paixão

—

Caro Dr. Paixão:

Na Administração Pública, independentemente da carreira e categoria em que cada trabalhador esteja integrado (dirigentes, docentes, não docentes) todos temos a mesma qualidade, a de Trabalhadores em Funções Públicas, e, como tal todos somos colegas, cada um na sua função própria, da mais qualificada à menos qualificada, mas todos com a mesma dignidade e merecendo o mesmo respeito.

José Júlio M. Martins Filipe

Administrador

—

Estimado Sr. Administrador

Após leitura atenta da sua resposta tenho a informar que não retiro uma única palavra ao mail por mim enviado.

Quanto à "igual dignidade" por si mencionada irei refletir solidamente acerca da mesma...parece-me que nem todas as pessoas o são...

Dou por terminado este assunto, portanto: ponto final!

Respeitosos cumprimentos

José Manuel BH Faria Paixão

Escrita por Redação

Blog informativo Tomar na Rede. Notícias sobre Tomar e região envolvente. Informação local e regional.»